



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10224 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

Trabalho, Ambiente e Educação: onde está localizado o vanguardismo dessa relação?

Alexandre Maia do Bomfim - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE QUÍMICA DE NILÓPOLIS - RJ

Trabalho, Ambiente e Educação: onde está localizado o vanguardismo dessa relação?

Resumo

O objetivo deste trabalho, neste breve espaço, foi analisar a questão ambiental, de como perpassa a área de trabalho e educação, considerando um caminho crítico até chegar aos desafios contemporâneos. Trabalho com apelo teórico, mas que está pressupondo anos de pesquisa empírica, leituras e debates do que seria uma Educação Ambiental Crítica. Fez-se isso especialmente por meio de autores críticos, destaque aos marxistas. O texto procurou mostrar o movimento da teoria que parte da realidade concreta, que por seguinte pode reconstruir a prática e indicar caminhos de luta. Por fim, o trabalho alcança que o vanguardismo da relação entre trabalho, ambiente e educação está num item que une os termos: o conflito socioambiental.

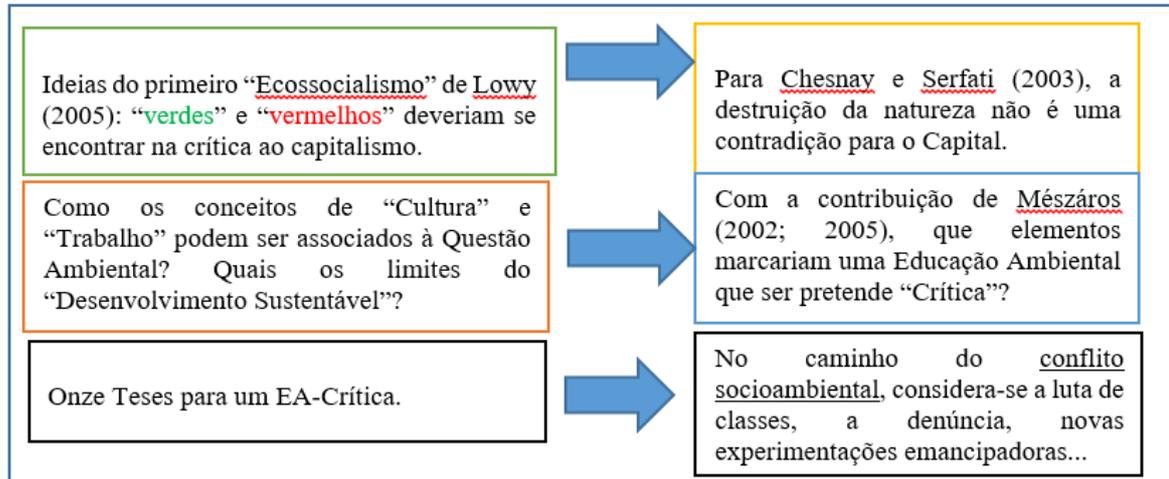
Palavras-chave: Trabalho e Educação; Educação Ambiental; Trabalho, Ambiente e Educação; Educação Ambiental Crítica.

Introdução

Ecologia sem luta de classes é jardinagem. (Chico Mendes)

Para responder à questão deste trabalho faremos um percurso teórico-político que passará por algumas obras e autores. Constituiremos uma linha narrativa curta, muito longe de um Estado da Arte. O que temos é um encadeamento de ideias, pertinentes ao tema proposto desde o título. Começemos isso logo com uma ilustração do que seria essa “linha” (na verdade, “argumentativa”):

Ilustração: Guia para nossa Linha Argumentativa



Elaboração própria.

Agora vamos ao desafio de explicitar

O mérito de Lowy (2005) foi convergir a pauta da luta dos socialistas (os vermelhos) com a dos ambientalistas (os verdes) para criticar o “sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2002). Dessa forma, ele distinguiu os ambientalistas e mostrou que alguns estão em militância inócua quando defendem o “desenvolvimento sustentável” (termo essencialmente economicista) e propõem uma conciliação com o Capital. Lowy mostrou aos socialistas que a preocupação com o meio ambiente também urge, indicando que além da luta pela tomada do Estado deve se associar no empenho de lhe retirar sua característica degradadora.

Não obstante, Lowy apresentou incongruências nesse primeiro momento. Lowy tangenciou uma ideia que pode ter esvaziado a compreensão de luta de classes^[1] e apresentou um erro conceitual de que a destruição da natureza seria a segunda contradição do capitalismo. Com o aporte de Chesnais e Serfati (2003) foi possível ver que a contradição original do capitalismo continuaria a ser a necessidade do capital valorizar-se pela exploração do trabalho. Na verdade, a própria degradação da natureza poderia cumprir até o fim algumas máximas da economia capitalista (como a valorização advinda da escassez). Do jeito que estava, engendrava também a ideia de que as responsabilidades com a degradação ambiental se dariam da mesma forma entre indivíduos e grupos sociais, como também assim seriam as experimentações das mazelas. Lowy, num texto de 2013, apara essas possíveis arestas, mencionando Walter Benjamin, onde relembra que “o capitalismo nunca vai morrer de morte natural” (*op. cit.*). Dessa forma, recupera a luta de classes, atinge que a agressão ao meio ambiente não é contradição para o sistema do capital e recupera a urgência da revolução. E, considerando nosso momento atual, seu texto acertou profeticamente (considerando que estava longe da pandemia de Covid-19) ao sugerir que: “(...)o sistema continuará a explorar o planeta, até que a própria vida humana se encontre ameaçada” (LÖWY, 2013, p. 79).

Ajustadas essas ideias, vale registrar algo para verdes e vermelhos: se a degradação da natureza não é contradição para o Capital, é para o ser humano!

Vale repassar brevemente pelo conceito de “Desenvolvimento Sustentável” (DS). O conceito de DS é recorrentemente utilizado por ambientalistas, inclusive pelos críticos porque é impossível escapar de algumas conjunturas. DS é resultado de uma disputa, que na superfície pode parecer apenas de termos, mas que no fundo traz as compreensões sobre políticas públicas que seriam assumidas pelos organismos internacionais^[2]. “Desenvolvimento Sustentável” é a vitória da perspectiva conservadora, conceituação temerária que remete sua preocupação às gerações futuras (o que implicaria numa indeterminação) para não se comprometer com as gerações presentes.

Nesse percurso, vale recolocar brevemente reflexão da relação entre “cultura” e “trabalho”, categorias sociológicas importantes e frequentemente mal postas à Questão Ambiental e à Educação Ambiental (EA). A cultura pode explicar a relação que agrupamentos humanos possuem com a natureza e consigo mesmos, mas não pode ser posta como um conceito metafísico que paira sobre tudo, como se fosse a-histórico e apolítico. Por outro lado, trabalho não pode ser reduzido a sua manifestação histórica. O trabalho, em seu sentido ontológico, é a própria mediação metabólica entre homem e natureza, onde se realiza a reprodução da vida e a constituição também da própria cultura[3]. Os homens experimentam diferentes culturas, caracterizam-se pela diversidade, sincrônica e diacronicamente, ou seja, não precisamos ter respostas únicas para relação com a natureza. Podemos considerar também que culturas que foram pela vida em sua origem, no *devir* histórico, tornaram-se “culturas de morte”[4]. Enquanto isso, povos originários, por exemplo, podem nos oferecer caminhos melhores para nossa vida em natureza.

Podemos destacar com Mészáros (2002), a partir do livro “Para além do capital”: não há caminho conciliatório com o sistema do capital! É possível que por conta de uma análise de conjuntura, por conta de uma luta política contextualizada, seja necessário fazer concessões. Não obstante, essas concessões precisam ser logo reavaliadas, não podem perdurar. Esses momentos são difíceis de refletir, por isso que os estudos teóricos estruturais[5] precisam continuar, guiar-se por aprofundamento, desejar o compartilhamento, etc. Mészáros (2005) até indica possibilidades à Educação, mas desde que seja inconciliável com o sistema do capital. Com Mészáros é possível constituir “outra educação” exatamente numa reconstrução que se coloca absolutamente no lado antagônico à educação formal capitalista. Isso também vale para a Educação Ambiental Crítica. Mészáros vê essa outra educação sendo construída na sociedade socialista, mas, até lá, melhor que seja em espaços contra hegemônicos, espaço sindical, no espaço do partido, nos movimentos sociais, como exemplos. E que nesses lugares se busque as “aspirações emancipadoras” (MÉSZÁROS, 2002). Há um limite teórico-prático para nós, a partir desse estudo de Mészáros: como buscar essas aspirações emancipadoras no interior da escola formal, supostamente reprodutora e favorável ao capital?

Quase lá...

Num esforço de sintetizar a reflexão e a contribuição dos autores que nos acompanharam até aqui, considerando a estrutura e a conjuntura, como também nosso esforço prático e uma homenagem ao jovem Marx, eis as “Onze Teses para [constituir] um EA-Crítica”: I) resgatar o humanismo; II) desmitificar o capitalismo, apontando que a depredação do ambiente não é uma contradição para o capital; III) mostrar os limites do desenvolvimento sustentável; IV) manter-se em revisão permanente; V) criticar a perspectiva conservadora da EA; VI) mostrar os limites das propostas comportamentalistas e individualistas da EA; VII) problematizar ou redimensionar as ações paliativas à questão ambiental; VIII) denunciar os principais responsáveis pela degradação ambiental; IX) mostrar quem mais sofre com a degradação; X) mostrar que a proposta idealista de conscientização ambiental tende a ser insuficiente à transformação; XI) buscar aspirações e experiências emancipadoras.

Onde chegamos? Para onde vamos?

Há nessa relação trabalho, ambiente e educação um ponto de interseção que une os termos, criticamente: o pressuposto de que a problemática ambiental está assentada no “conflito socioambiental”. Pressupor o conflito socioambiental é pressupor que a luta de classes se mantém no interior do sistema do capital, em todas as suas frentes, desde as mais evidentes até as mais disfarçadas, desde a luta por território, desde o que passa pela expansão de grileiros e garimpeiros sobre terras indígenas, até produtos camuflados por selos

ecológicos que escondem contradições de empresas capitalistas que se dizem preocupadas com o meio ambiente. É a perspectiva do conflito que pode garantir o movimento da crítica, que buscará o conhecimento pela investigação, pelo desvelamento, pela denúncia. Essa perspectiva também busca aspirações e experiências emancipatórias, mas pressupõe também que caso consigam se desenvolver não conseguirão se desvencilhar do conflito, que aparecerá mais cedo ou mais tarde, porque em se tratando de uma sociedade de classes, as questões ambientais possuem causas e consequências ligadas a inserções diferentes, de lados antagônicos.

Outro elemento a ser considerado, que poderia até ajustar nossas “Onze Teses para um EA-Crítica” (que colocamos acima), é a perseguição pela materialidade, pela totalidade concreta (KOSIK, 1976), como sendo escopo principal de nossas pesquisas, de nossas reflexões e de nossas ações. Acessar a realidade para depois rerepresentá-la – sendo esse o próprio papel da ciência – tem sido um desafio enorme. O sistema do capital, em sua fração mais reacionária, chega a promover a rejeição da ciência, propor a mordaza aos educadores, fazer proselitismo, e mesmo sua fração mais liberal reitera propagandas pelo agronegócio, pelas empresas supostamente *clean*, na verdade, para esconder a face nefasta da grilagem, do desmatamento, das indústrias poluidoras, da pilhagem de elementos da natureza, da submissão dos grupos originários etc.

Considerações finais

Semelhante ao percurso de Chico Mendes, a área de Trabalho e Educação (TE) provavelmente terá, cada vez mais, que considerar a problemática ambiental, para devolver (como sempre fez) ainda mais elementos teórico-práticos aos educadores. Chico Mendes iniciou sua trajetória buscando a organização dos trabalhadores contra a exploração dos latifundiários e das grandes empresas desmatadoras, para somente depois colocar a convergência das lutas, incluindo o ambientalismo. Num primeiro momento, Chico Mendes, inclusive, possuía uma compreensão desenvolvimentista para a Amazônia. É o horizonte de superação do capitalismo que interessa a todos, aos vermelhos e aos verdes.

O capitalismo continua pujante em suas características principais, como a exploração do trabalho, o processo de mercantilização de tudo e o aprisionamento do Estado nas mãos de uma minoria de proprietários de bens de produção e comunicação. A questão ambiental, exatamente por não ser uma contradição imediata ao sistema do capital, se torna mais vulnerável. O capitalismo pode destruir a natureza até a última folha. Essa falta de cuidado inerente do capitalismo com o ambiente, certamente, engendrará eventos extraordinários (como uma pandemia!), mas o curioso é que nem isso garante que a sociedade enxergue. Por isso, a educação é urgente, a educação científica é imprescindível, a educação política está em atraso. Continuamos perseguindo uma educação da “classe para si”, ainda que só possa se realizar plenamente noutra sociedade, imprescindível que seja construída no caminho.

Semelhante a Rachel Carson, em que seu próprio fazer científico a levou ao *status* de “inimiga da indústria química”, a práxis que aqui apontamos nos leva/levará à crítica inegociável do sistema. Da mesma forma que aconteceu com ela, as forças reacionárias nunca acataram e nunca acatarão passivamente esse anúncio, farão suas deturpações, difamações, buscarão silenciar, protegerão seu “homo economicus” (KOSIK, 1976) até o fim, mesmo que esteja agonizando... O conflito está sempre posto!

Referências

BOMFIM, A. M.; PICCOLO, F. D. Educação Ambiental Crítica: a questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Revista do PPGA - FURG. V. 27, Rio Grande – RS, julho -dez 2011.

CARDOSO, F. H. “Dois Centenários”. Jornal **O Globo**. Domingo, 02 de agosto de 2020.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**. n° 16. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto** (2ª edição), Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1976.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013.

_____. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para além do capital**. Campinas/SP; Boitempo, 2002.

[1] (...)O combate para salvar o meio-ambiente, que é necessariamente o combate por uma mudança e civilização, é um imperativo humanista, que diz respeito não apenas a esta ou àquela classe social, mas ao conjunto dos indivíduos. (LÖWY, 2005, p. 73)

[2] Cf. LAYRARGUES, 1997.

[3] Cf. BOMFIM e PICCOLO, 2011.

[4] (...) Nós não devemos nos vangloriar demais das nossas vitórias humanas sobre a natureza. (...) É verdade que cada vitória nos dá, em primeira instância, os resultados esperados, mas em segunda e terceira instâncias ela tem efeitos diferentes, inesperados, que muito frequentemente anulam o primeiro. (ENGELS apud LÖWI, 2005, p. 22)

[5] Uma fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada após ter superado todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo, a não ser por hipóteses (e se declarando, explicitamente, que se trata de hipóteses) (GRAMSCI, 1981, p.118).